

2 Às quatorze horas, do dia doze de setembro de mil novecentos e oitenta e oito, na Sala dos
3 Governadores do Palácio Iguçu, em Curitiba, Paraná, deu-se início à XIV Reunião Ordinária do
4 CEDA - Conselho Estadual de Defesa do Ambiente, sendo presidida inicialmente pelo Dr. José
5 Rocha, Diretor Geral da SEDU, representando o Presidente do Conselho, Dr. Ary Veloso Queiroz,
6 e posteriormente pelo Conselheiro Nato Luiz Chemin Guimarães, Secretário da SEJU, e
7 Secretariada pelo Secretário Executivo do CEDA, Engenheiro Químico Alberto Baccarim.
8 Participaram da reunião os Conselheiros Natos Luiz Chemin Guimarães, Secretário da SEJU,
9 José Rocha, representando o Secretário da SEDU, Zenir Furtado Krachinski, representando o
10 Secretário da SESA, Laurení M. Teixeira, representando o Secretário da SEED, os Conselheiros
11 Efetivos Itagiba G. Moreti, da FUEL, Manoel Baltazar B. da Costa, da APPEMA, Eduardo Kardush,
12 da ACOPAL, Reinaldo O. Skalisz, da AMAR, Roberto R. Lange, da ADEA, Gilberto Borges de
13 Oliveira, da ACPG e Paulo Roberto M. Gomes, representando o Conselheiro Alberto Contar, da
14 ADEAM. O Dr. José Rocha, presidindo a reunião, colocou em discussão e em seguida em votação
15 a ATA da XIII Reunião Ordinária do CEDA, sendo a mesma aprovada. O Presidente da mesa
16 passa a palavra ao Secretário Executivo para apresentar aos Conselheiros os informes desde a
17 última reunião. Findo a apresentação, o Dr. José Rocha solicita a alteração da ordem da pauta da
18 reunião, visando possibilitar que as pessoas convidadas para apresentarem trabalhos e
19 esclarecimentos os fizessem no início, liberando-os posteriormente. A proposição foi aceita. O Dr.
20 José Rocha concede a palavra ao Dr. Eládio Del Rosal, do ITCF, para apresentar aos
21 Conselheiros o "Plano Integrado de Combate aos Incêndios Florestais". O Dr. Eládio, em conjunto
22 com o Major Valdemar Kretschmer, Coordenador da Defesa Civil, apresenta minuciosamente o
23 "Plano sobre os Incêndios Florestais". O Conselheiro Lange, solicita a palavra e comenta o
24 "Plano", dizendo que o Estado demorou muito para agir no combate ao fogo e tece outros
25 comentários, criticando o Governo pelo fato de os órgãos de combate ao fogo não disporem de
26 verbas para equipamentos. Solicita ainda, o Conselheiro que o CEDA se dirija ao Governador, no
27 senti do de que este se pronuncie em cadeia de rádio e televisão sobre combate ao fogo. O Dr.
28 José Rocha intervém dizendo não aceitar as críticas do Conselheiro ao Estado, principalmente por
29 respeito aos servidores que têm trabalhado na questão, e o exemplo disso é o próprio Plano
30 apresentado e nas ações de combate ao fogo, que inclusive tirou a vida de um servidor público. O
31 Conselheiro Chemin usa a palavra também para contestar as críticas feitas ao Governo do Estado
32 pelo Conselheiro Lange, por considerá-las infundadas. Em seguida, solicita desculpas por ter
33 chegado atrasado à reunião, e assumindo a Presidência da reunião, passa a palavra ao Major
34 Valdemar, da Defesa Civil, que fez um histórico sobre a experiência do Paraná no combate a
35 incêndios florestais, inclusive participando de atividades em outros Estados da União. Usa a
36 palavra o Dr. Luiz Chemin, como presidente da mesa, acrescentando algumas considerações com
37 relação ao posicionamento do Conselheiro Lange, que ao seu ver a preocupação central não é

38 exatamente a de defender o meio ambiente, mas sim a de atacar o Governo, acrescenta que
39 estas posições serão rechaçadas por agentes do Governo do Estado, e se as forças do Governo
40 não tem sido suficientes para combater os incêndios, resta pedir auxílio às entidades da
41 sociedade civil em um trabalho conjunto, e conclama a todos para o trabalho conjunto. Solicita
42 ainda o Dr. Luiz Chemin, que seja aprovado por aclamação um voto de pesar pela morte do
43 integrante do Corpo de Bombeiros, que perdeu a vida combatendo os incêndios florestais, o que
44 foi aceito pelos Conselheiros. Com relação à proposição do Conselheiro Lange, de que o
45 Governador Álvaro Dias se pronuncie sobre os incêndios, o Conselheiro Chemin diz não aceitar
46 por não necessitar o Governador de indicação do Conselho para se pronunciar, pois o mesmo é
47 uma pessoa consciente e está preocupado com o problema. Usa a palavra o Conselheiro Gilberto,
48 dizendo não concordar com o presidente da mesa, no que tange a uma possível "iluminação" do
49 Governador do Estado, e mesmo porque a função do CEDA é assessorar o governo, e uma
50 sugestão como esta seria bem aceita pelo Governador, não concordando com a análise de que o
51 Governador não necessite de assessoramento. Solicita ainda o Conselheiro, esclarecimentos
52 sobre o que falta para que seja posto em ação o Plano e quais as suas falhas. O Conselheiro
53 Baltazar reforça a última sugestão do Conselheiro Gilberto, e endossa o posicionamento do
54 Conselheiro Lange, caso o Governador do Estado não disponha de recursos para implementar o
55 "Plano", pois os recursos ao seu ver são mínimos. O Presidente da mesa passa a palavra ao
56 Major Valdemar, para os esclarecimentos solicitados. O Major diz não saber se o Governo do
57 Estado dispõe ou não de recursos, e esclarece que os recursos solicitados no "Plano" são para
58 ações emergenciais, e para os trabalhos de combate rotineiros, o próprio Corpo de Bombeiros
59 dispõe de recursos e equipamentos suficientes. O Conselheiro Lange solicita que o Presidente da
60 mesa submeta a apreciação dos Conselheiros, o pedido de pronunciamento em cadeia de rádio e
61 televisão, sobre os incêndios florestais, pelo Governador do Estado, assim como, solicita que seja
62 aberta uma rubrica orçamentária especial , para custear a compra dos equipamentos que faltam
63 para que seja aplicado o plano elaborado. O Conselheiro José Rocha esclarece que não necessita
64 de rubrica específica, pois as rubricas orçamentárias já existem. Esclarece também o Dr. José
65 Rocha, que o "Plano" está sendo apresentado em primeira mão ao Conselho, por isso não pode
66 se alegar omissão do Governo do Estado, uma vez que o documento está ainda sendo apreciado,
67 para posteriormente seguir seu trâmite. Continuando, o Dr. José Rocha pondera que o "Plano"
68 precisa de um embasamento maior sobre a destinação e guarda dos "kits", para efeitos contábeis
69 e de prestação de contas, e faz uma sugestão, no sentido de que se conceda uma autorização
70 aos membros da comissão que elaborou o plano, para que independente de nova apreciação do
71 Conselho, eles possam especificar a quem cabe a guarda dos "kits" em todo o Estado, e o CEDA,
72 juntamente com a SEDU, encaminhe o documento ao Governador. Com relação às considerações
73 do Conselheiro Lange, de que se desenvolva ações de esclarecimento junto à população, e de
74 que existe materiais de divulgação já elaborados, faltando apenas fitas para a sua difusão, o Dr.
75 José Rocha solicita maiores esclarecimentos para que o CEDA possa encaminhar a questão. O

76 Conselheiro Baltazar solicita que a SEDU providencie os recursos e, posteriormente, se verifique
77 a quem caberá a guarda dos equipamentos, pois a solução precisa ser rápida, uma vez que
78 pessoas estão morrendo no combate aos incêndios. O Presidente da mesa diz acreditar que se
79 possa providenciar algo emergencial na área de divulgação. O Major Valdemar, informa que
80 encaminhou à SECS, exemplares de materiais que foram utilizados em outras campanhas de
81 divulgação, e este material estaria para ser reproduzido. O Dr. José Rocha, informa que o CEDA
82 irá averiguar o andamento da produção dos materiais de divulgação. O Conselheiro Gilberto
83 solicita da SEDU, esclarecimentos sobre quais ações imediatas poderiam ser desenvolvidas. O
84 Presidente da mesa solicita intervenção do Major Valdemar, sobre a indagação do Conselheiro
85 Gilberto. O Major Valdemar, informa que não possui recursos próprios para a compra dos
86 equipamentos emergenciais, e que o papel da Defesa Civil é mais de integrar os órgãos para a
87 ação conjunta. O Dr. Luiz Chemin, compromete-se a procurar a Casa Civil sobre o assunto, e
88 inclusive a levar ao Governador, a sugestão do CEDA, de que ele se pronuncie em cadeia de
89 rádio e televisão. Após a aprovação do "Plano Integrado de Combate aos Incêndios Florestais", o
90 Presidente da mesa passa a palavra ao Conselheiro Kardush, que solicita esclarecimentos sobre
91 a Lei de Caça e Pesca, que proíbe a pesca no período de outubro a janeiro, e solicita uma cópia
92 da mesma. O Dr. Eládio, do ITCF, esclarece aos Conselheiros sobre a Lei que proíbe a pesca no
93 período da piracema, informando que a Lei generalizou a piracema nos rios, lagos e no mar,
94 enquanto da se dá em épocas diferentes em cada habitat. Informa, o Dr. Eládio, que o ITCF
95 elaborou uma proposta de alteração do parágrafo 4º, do Artigo 27 da Lei referida, e propõe a
96 regulamentação da pesca por um período de cinco meses, de forma a atender os interesses de
97 todos os setores envolvidos na questão. O Conselheiro Kardush propõe a realização de uma
98 reunião extraordinária, para discutir as queimadas e a alteração da Lei de Caça e Pesca, assim
99 como, propõe que o Dr. Eládio e o Dr. Irineu Dalla Corte, do ITCF, fossem convidados a todas as
100 reuniões do CEDA. O Conselheiro Baltazar diz não estar convencido sobre a necessidade de
101 convocação de reunião extraordinária para discutir os assuntos citados. O Conselheiro Lange
102 sugere que o CEDA posicione-se junto ao Congresso Nacional sobre a Lei de Caça e Pesca. O
103 Conselheiro Baltazar, diz não conhecer a Lei aludida, e solicita que ela seja encaminhada aos
104 Conselheiros para que possam analisar. O Conselheiro Kardush retira a proposta de se convocar
105 extraordinariamente o Conselho. Esgotado o assunto, o Presidente da mesa passa a palavra ao
106 Secretário Executivo, para que informe sobre o preenchimento dos cargos vagos do Conselho. O
107 Secretário Executivo, esclarece a existência de uma norma que disciplina a eleição dos membros
108 do Conselho, e por este motivo, teria que ser encaminhado o processo de eleição, que pela norma
109 vigente, demora cerca de sessenta dias. O Dr. Luiz Chemin, solicita licença para se retirar da
110 reunião devido a compromissos na SEJU, e devolve a presidência da mesa ao Dr. José Rocha, O
111 Presidente da mesa, sugere que a Secretaria Executiva elabore uma proposta por escrito,
112 baseada na eleição dos atuais Conselheiros, e encaminhe aos mesmos para que estes possam
113 apresentar sugestões. O Conselheiro Kardush propõe que, a exemplo dos representantes das

114 entidades ambientais, os representantes das Instituições de Ensino Superior, sejam, também,
115 eleitos pela Comunidade universitária, e que a Secretaria Executiva tome providências imediatas.
116 O Dr. José Rocha esclarece que a proposta do Conselheiro Kardush é a mesma da Secretaria
117 Executiva. Visando contemplar sugestões de vários Conselheiros, o Dr. José Rocha, propõe que,
118 ao encaminhar a questão junto às Instituições de Ensino Superior, a Secretaria Executiva
119 encaminhe junto a relação das Instituições com direito a indicação e voto, sugerindo que elas se
120 comuniquem entre si no sentido da indicação de três nomes consensuais, e que, de preferência,
121 sejam ligados aos problemas ambientais. A proposição foi aprovada, e em seguida o Presidente
122 da mesa passa a palavra ao Dr. Mauro Rocha, da SEDU, para apresentar a proposição de criação
123 pelo CEDA, de Câmaras Técnicas. O Dr. Mauro Rocha expõe a proposta exemplificando seu
124 funcionamento, que viria facilitar a vida dos particulares que necessitam de pareceres dos órgãos
125 de meio ambiente, e como protótipo, propõe a criação da Câmara de Mineração. Após indagações
126 de vários Conselheiros e seqüencial esclarecimento por parte do Dr. Mauro, o Dr. José Rocha
127 reforça a proposta da aprovação de criação de Câmara Técnica de Mineração, como protótipo
128 experimental. O Conselheiro Baltazar, pondera sobre a necessidade de maior análise, e
129 concretamente propõe que se a- guarde para apreciação na próxima reunião do Conselho. Posto
130 em votação, foi aprovada a proposta de se aguardar a apreciação para a próxima reunião. O
131 Presidente da mesa deixa livre a palavra para assuntos gerais. O Conselheiro Kardush questiona
132 a não participação dos Conselheiros Natos nas reuniões. O Dr. José Rocha incube a Secretaria
133 Executiva de reforçar o convite aos Conselheiros faltosos. O Conselheiro Baltazar comenta o
134 problema com relação à captação de água do Rio Tibagi para o abastecimento da população de
135 Londrina, e indaga à Secretaria Executiva, se o documento a ele endereçado contém todas as
136 informações referentes aos custos da obra, seu andamento, as condições da água e o porque da
137 opção. A Secretaria Executiva informa que nem todas estas informações constam do documento,
138 e ao seu ver não eram todas estas indagações que o Conselheiro havia feito em reuniões
139 anteriores. O Dr. José Rocha afirma que todas estas indagações haviam sido feitas, mas que nem
140 todas poderiam ser respondidas pela SUREHMA, uma vez que dados como custos, só para
141 exemplificar, a SUREHMA não dispõe, e propõe que o Conselheiro, após analisar o documento
142 com as informações da Secretaria Executiva, elabore por escrito as informações que faltarem, e
143 encaminhe-as à Secretaria. O Conselheiro Baltazar comenta sobre uma propaganda institucional
144 do Governo do Estado, veiculada na região de Londrina que apresenta a água do Rio Tibagi como
145 de ótima qualidade, e em sua análise, o Governo não dispõe de dados suficientes para assegurar
146 isso, e solicita que conste em ATA esta denúncia. O Dr. José Rocha comenta que os dados que o
147 Governo do Estado dispõe são forneci- dos pela SUREHMA, e por isso estão acima de qualquer
148 suspeita, uma vez que a SUREHMA tem sua qualificação reconhecida não só no Paraná, mas em
149 nível nacional. O Conselheiro Itagiba faz a leitura de um ofício do Reitor da FUEL, onde a
150 Universidade propõe que se equipe um laboratório no Paraná que possibilite a detecção de
151 resíduos de agrotóxicos nos alimentos, sendo que a FUEL, inclusive, se propõe a sediar a

152 instalação deste laboratório. O Dr. José Rocha sugere que o Secretário Executivo discuta com o
153 Dr. Ary Queiroz a forma de encaminhamento da solicitação da Universidade e do Conselheiro. O
154 Conselheiro Reinaldo Skalisz, solicita da SUREHMA que encaminhe à AMAR, dados sobre a
155 qualidade da água do Rio Passaúna, que abastece a população de Araucária. Encerrada a
156 discussão, o Presidente da mesa convoca a todos os Conselheiros para a XV Reunião Ordinária
157 do Conselho, para o dia dezessete de outubro de mil novecentos e oitenta e oito, às quatorze
158 horas, no mesmo local, e declara encerrada a reunião. Eu, Alberto Baccarim, Secretário Executivo
159 do Conselho, lavrei a presente ATA, que após aprovada foi por mim e pelo Presidente assinada.

160 ARY VELOSO QUEIROZ, PRESIDENTE.

161 ALBERTO BACCARIM, SECRETÁRIO EXECUTIVO.